

MEU AVÔ AFRICANO: O CONTO INFANTOJUVENIL AFRO-BRASILEIRO, A PERSPECTIVA DECOLONIAL E ANTIRRACISTA

Cleiser Schenatto Langaro¹
Kelly Pfingstag Britez²

RESUMO

As reflexões apresentadas neste artigo decorrem da análise do conto infantojuvenil *Meu avô africano* (2010), da escritora Carmem Lucia Campos, um dos títulos que compõe o acervo do PNLD Literário de 2018. O debate gira em torno das contribuições trazidas pela obra no combate ao preconceito racial e sobre a perspectiva decolonial que a narrativa apresenta. Considerou-se, com base em Adiche (2019), Almeida (2019), Debus (2018), Fanon (2008), Maldonado-Torres (2020), Ribeiro (2019) que *Meu avô africano* tem potencial para atuar contra o preconceito racial e contribuir para uma formação antirracista.

Palavras-chave: literatura infantojuvenil; decolonização; literatura na escola.

Introdução

As reflexões deste artigo foram desenvolvidas a partir da análise da obra literária *Meu avô africano* (2010), de Carmem Lucia Campos, destinada aos leitores das séries iniciais do Ensino Fundamental, 4º e 5º ano. A mesma compõe o Programa Nacional do Livro Didático e Literário de 2018 (PNLD Literário) do Governo Federal, programa que envia coletânea de literatura para as bibliotecas escolares. No intuito de analisar como a literatura pode contribuir para combater o preconceito racial, desde a mais tenra idade, a leitura realizada visou explorar o potencial da obra na formação crítica, reflexiva e humanizada dos leitores através da perspectiva decolonial.

Num primeiro momento realizou-se um breve levantamento da formação literária infantojuvenil no Brasil até às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que regulamentam a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas. A primeira se refere à obrigatoriedade do conteúdo da história e da cultura

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras; Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Doutora em Letras e docente na UNIOESTE, do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras. Email: cleiserschenatto@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras; Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Mestranda na linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Identidade e docente na rede municipal de Foz do Iguaçu-PR. Email: kellypfingstagbritez@hotmail.com

africana e afro-brasileira, bem como a luta e contribuição dos negros na formação do povo brasileiro, e a segunda inclui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas. Tais Leis contribuem de forma significativa para o desenvolvimento de obras literárias de representatividade de grupos étnicos, por muitos anos invisibilizados e oprimidos, assim como para abertura de espaços a escritores(as) negros(as) e indígenas. Além disso, mesmo que por força de Lei, a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas contribui para que os leitores possam acessar as perspectivas e compreensões dessas culturas a partir de seus representantes e da cosmovisão que apresentam.

A pesquisadora Eliane Debus, na obra *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens* (2018), escreve que a Lei 10.639/2003 é “[...] uma política pública de Ação Afirmativa, que reconhece a diversidade étnico-racial, valoriza a história e a cultura dos povos negros e se propõe a construir uma educação antirracista” (DEBUS, 2018, p. 44). Ainda conforme a estudiosa, o número de obras de literatura que tratam da cultura africana e afro-brasileira aumentaram após a Lei, assim como as representações, por meio de personagens negros (as).

Esse aumento no número de personagens negros (as) na literatura é positivo, quando representados de modo que não os coloquem em um lugar de inferioridade como nas obras infantis brasileiras em que os personagens aparecem subalternizados. A filósofa contemporânea Djamila Ribeiro, em *Pequeno manual antirracista* (2019), escreve sobre a importância das obras de literatura com personagens negros não estereotipados e o cumprimento da Lei:

Algumas atitudes simples podem ajudar as novas gerações, como apresentar para as crianças livros com personagens negros que fogem de estereótipos ou garantir que a escola dos seus filhos aplique a Lei n. 10639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira. Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benefício para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra [...]. (RIBEIRO, 2019, p. 41-42)

A representatividade negra apresentada pela literatura, conforme aponta Ribeiro

(2019), contribui para promover as subjetividades que, por muitos séculos, foram subalternizadas³, invisibilizadas e desvalorizadas.

Partindo dessa perspectiva, a leitura de *Meu avô africano* (2010), de Carmem Lucia Campos, almejou analisar o modo como, na obra, as personagens negras foram retratadas, assim como a história e a cultura afrodescendente. Entende-se que a literatura contribui para formar cidadãos antirracistas no processo de construção de subjetividades de pessoas, sejam elas negras ou não, desconstruindo pensamentos eurocêntricos colonizadores e ressignificando cosmovisões. E essa leitura vai ao encontro das ideias de Frantz Fanon quando explica que “[...] o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” (FANON, 2008, p. 96). Desse modo, entende-se que é necessário possibilitar aos leitores a consciência das estruturas sociais e seus conflitos. Além disso, enxergar novas possibilidades através dessa mesma consciência, que não seja de um lugar subalternizado. Portanto, discutir questões raciais e representatividade negra desde a infância e anos iniciais da escolarização, por meio de livros de literatura, pode proporcionar reflexões humanizadoras e formadoras sobre identidades, autoafirmação identitária, diversidade cultural, contribuições dessa diversidade para a sociedade e, principalmente, atuar contra o preconceito e o racismo.

Nessa perspectiva também Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 6) contribui para pensarmos o perigo de uma única história. A escritora nigeriana relata, no texto *O perigo de uma Única História*, sua experiência como leitora e escritora precoce:

[...] escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído. Escrevia sobre isso apesar de eu morar na Nigéria. Eu nunca tinha saído do meu país. Lá, não tinha neve, comíamos mangas e nunca falávamos do tempo, porque não havia necessidade. (ADICHIE, 2019, p. 6)

Para pensar em combater o preconceito racial, em justiça social e diversidade cultural, respeito às diferenças e numa formação humana multicultural multiétnica é

³ Silvio Almeida (2019) utiliza o termo, subalternizados, relacionando-o a falta de controle sobre decisões importantes na economia e na política, ou ainda, uma condição considerada socialmente inferior ao grupo que toma as decisões.

fundamental entender o que Adichie (2019) nos diz. Se as referências continuarem eurocêntricas, caucasianas, colonizadoras, as gerações seguirão reproduzindo estereótipos, preconceitos, injustiças e seguiremos reproduzindo práticas coloniais e escravistas, limitadas a uma história única. Nelson Maldonado-Torres (2020) em *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* escreve a respeito da colonialidade e decolonialidade e, para o pesquisador, a:

[...] colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais e a [...] decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 35-36).

A partir desse pensamento é possível considerar que a ideologia do colonizador é uma força invisível que exerce poder sobre o colonizado, sem necessariamente estar materializada em uma colônia. Essa presença está vinculada às experiências de preconceito e à subjetividade dos indivíduos que são inferiorizados através do racismo. Exemplo disso é quando há personagens negros em posição de subalternidade na literatura, privados do seu lugar de fala. No entanto, através de representações de personagens negros ocupando lugar de destaque, em posições de prestígio social ou em situações humanizadas, em situações que evidenciem sua história e cultura relatadas por eles, como o de narrador, pode haver uma contribuição para o combate à essa lógica estrutural, possibilitando novas visões de mundo e substituindo o pensamento de superioridade colonial.

Em *Cartas para minha avó*, Djamila Ribeiro (2021), através de uma perspectiva pessoal, descreve sua ancestralidade, intercalando com a história da avó, da mãe, da filha e das crenças religiosas que as perpassam. Ribeiro trata a ancestralidade como um conceito que faz referência a quem precede sua existência, os sentimentos, costumes e vivências do passado que refletem e formam o sujeito mais novo. E é nessa perspectiva que Campos (2010) constrói sua narrativa em torno de Vitor Iori, personagem principal que desempenha o papel de articular a temática da ancestralidade, da cultura afro-brasileira e do continente africano entre os outros personagens. Com base nessas perspectivas, analisa-se a obra *Meu avô africano* que é escrita por uma autora negra, Carmem Lucia Campos. Trata-se da história de um personagem chamado Vitor Iori,

descendente de africanos, que descobre sobre sua origem, cultura ancestral, continente africano e a influência dessa cultura no Brasil.

A fundamentação teórica para as reflexões desse artigo buscou suporte em Almeida (2019) sobre o racismo, Ribeiro (2019), Adichie (2019) e Debus (2018) sobre a perspectiva do negro na literatura e Frantz Fanon (2008) e Maldonado-Torres (2020) no que se refere à decolonialidade. Os pensamentos desses pesquisadores contribuíram de forma significativa para observarmos se a obra destinada às escolas, *Meu avô africano*, por meio do PNLD Literário, pode contribuir para o combate ao preconceito racial.

Literatura infantojuvenil e as Leis 10.639/03 e 11.645/2008

Novos conhecimentos são proporcionados pela literatura desde a antiguidade, primeiro oralmente e depois pela escrita. Ao que se refere a Literatura Infantil ela surge, muitas vezes, fantasiosa, desprendida do real, partindo do princípio de que a criança ainda está formando seu senso de realidade. Por volta do século XIX, período em que ocorre a “descoberta da criança”, compreendida nas diferenças com relação ao adulto, as obras literárias produzidas para esse público passaram a priorizar o público infantil, a fim de, principalmente, educar moralmente as crianças, repassar e moldar a moral da sociedade através das obras literárias. Ou seja, “a consciência de que a criança é um indivíduo diferenciado do adulto e não apenas um ser incompleto, pois ainda não cresceu, vai se firmar, no Brasil, somente na segunda metade do século XIX [...]” (FORTES, 1996, p. 32).

Nessa época, as crianças passam a ser vistas na e pela sociedade industrializada que tinha a intenção também de moralizá-las. Nesse período a literatura estava comprometida, geralmente, com os valores morais, familiares e religiosos, pois a intenção era pedagógica. A produção e impressão das obras se intensificaram para atender aos interesses das famílias burguesas.

Com o processo de urbanização e industrialização, aparece uma literatura voltada diretamente ao consumo do público infantil, com autores brasileiros e histórias locais. No entanto, a mesma passou por um longo processo de consolidação. Primeiro eram traduções de clássicos europeus, depois estava baseada em histórias nacionalistas de outros países. Com o escritor Monteiro Lobato, surgem obras com a intenção de

disseminar um sentimento patriótico brasileiro no público infantil. Mas esse sentimento de pertencimento e representatividade, enaltecendo o povo brasileiro, estava dirigido aos colonizadores e não aos colonizados. Personagens negros, por exemplo, quase não apareciam e quando apareciam eram com papel que reforçavam a submissão dos mesmos em relação aos brancos. Eliane Debus (2018) esclarece que:

No que diz respeito à presença de personagens negros ou de elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas de recepção infantil e juvenil, produzidas no Brasil, quase inexistente anteriormente à década de 1970, e, quando isso ocorre, o negro é representado com docilidade servil, submisso ao cumprimento de seu papel de subalternidade (DEBUS, 2018, p. 33).

Durante o século XX a Literatura Infantil apresentou um significativo crescimento, conjuntamente com o aumento populacional e das escolas, tornando-se mais popular e servindo o Estado, intensificando a propagação da ideologia dominante, através de personagens que fossem exemplo da moral e da conduta que a burguesia determinava. “Nos diferentes livros, a finalidade parece ser uma só: organizar um elenco de nomes ilustres que reforce o sentimento patriótico e sirva de exemplo aos leitores” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 115).

Os exemplos de representatividades que apareciam nos livros de Literatura Infantil, a serviço do Estado, estabeleciam relação com o europeu, exemplo a ser seguido. Negros e indígenas não apareciam como modelos de heróis e inspiração para as crianças. Apesar de não ser mais apenas uma literatura importada de países europeus e o Brasil não ser mais colônia de Portugal, o século XX, ainda assim, apresentava-se *sob* forte influência do pensamento colonizador. Maldonado-Torres (2018) explica que a decolonização tem relação com a libertação política e econômica, que é diferente de independência, isso por que mesmo com a independência político-administrativa muitos conceitos e pensamentos coloniais estão consolidados, enraizados no modo como o brasileiro se vê e pensa as relações sociais, históricas e culturais.

Os padrões eurocêntricos, predominantes até a década de 1970, não visavam ao fortalecimento de uma literatura engajada que discutisse questões relacionadas à diversidade multicultural. Silva escreve que “até por volta da década de 1970, a política por trás dos livros infantis de representação negra objetivava o branqueamento da

população por meio de um silenciamento das discussões étnico-raciais” (SILVA, 2021, p. 33). A partir desse período, do século XX, a Literatura Infantil fomentada pelos movimentos sociais, como o movimento negro, passou a problematizar os padrões eurocêntricos e a trazer a diversidade étnica em produções comprometidas com a formação crítico-reflexiva dos leitores. Reflexo desse movimento é a Lei 10.639/2003 e mais tarde a 11.645/2008. A primeira prevê a obrigatoriedade do estudo sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira e dos africanos no Brasil, bem como a obrigatoriedade do ensino nessa perspectiva em todo o currículo escolar. A segunda traz a ampliação da primeira, incluindo também a cultura indígena, como explica Debus (2018):

[...] a criação da Lei n. 10.639/2003 e a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira vieram dialogar com o Movimento Negro, que tem nos últimos anos acentuado a discussão sobre a inclusão da temática da discriminação e preconceito racial, em especial no espaço escolar (DEBUS, 2018, p. 4).

Com o impulso da Lei 10.639/2003 a Literatura Infantil afro-brasileira, da cultura africana e com personagens negros começa a aparecer com mais frequência, no entanto, sem a garantia de uma literatura engajada e de representatividade. O comprometimento e o engajamento para uma literatura que valorizasse a negritude e suas contribuições na história e na cultura brasileira intensificou-se, principalmente, com a luta do Movimento Negro, recebendo apoio dos movimentos feminista e indígena brasileiros.

O programa do governo federal, PNLD Literário de 2018, que distribui livros literários às escolas, de forma tímida traz algumas obras que tratam da temática étnico-racial e apresenta personagens negros, além da cultura do continente africano e a sua influência na cultura brasileira. Uma das obras que compõem esse programa é *Meu avô africano* de Carmem Lucia Campos, obra que será objeto de análise na próxima parte deste artigo.

Meu Avô africano e a representatividade afro-brasileira e africana

Carmem Lúcia Campos é afrodescendente, formada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhou como editora de livros infantojuvenis,

possui mais de trinta obras publicadas. A obra *Meu avô africano*, conforme a própria autora (2010, p. 40), foi uma forma de inventar um avô que ela gostaria de ter tido, pois não conheceu os seus. Conta também que seu avô materno era neto de italianos e o paterno descendente de africano, assim como os avôs de Vitor Iori, personagem na obra *Meu avô africano*. Dessa forma a escritora realiza o que Bernd explica ser a passagem daquele que era considerado *outro – objeto*, “[...] (citado na terceira pessoa do discurso, ou seja, ‘aquele de quem se fala’), para passar a sujeito da enunciação [...] (quando o poeta se coloca como porta-voz da comunidade à qual pertence). [...]” (BERND, 2013, p. 62). A ancestralidade da escritora, sua experiência profissional com literatura infantojuvenil e seu engajamento político-ideológico corroboram para pensarmos as elaborações estéticas e representações étnicas apresentadas na obra.

A obra está dividida em quatro capítulos e em cada um será analisado um aspecto a fim de observar se a obra pode contribuir no combate ao preconceito racial, através da perspectiva decolonial. No primeiro capítulo “Eu e minha família” será analisada a perspectiva do personagem sobre sua origem africana; no segundo capítulo “Histórias sem fim”, uma lenda da cultura africana; no terceiro capítulo “Mais velho do que meu avô” o foco será o continente africano e por último, no quarto capítulo, “Eu também sou africano”, a influência da cultura africana no Brasil.

Em “*Eu e minha família*”, primeiro capítulo da obra, Vitor Iori questiona seu avô sobre a escolha do seu nome: “Será que o vô Zinho não tinha um nome melhor pra me dar, não? Como minha mãe deixou o pai dela fazer uma coisa dessas?” (CAMPOS 2010, p. 4). O personagem demonstra insatisfação com o nome e continua: “Então, o meu nome podia ser italiano em vez de africano. Ia ser mais legal” (CAMPOS, 2010, p. 4). O avô, em resposta ao neto, disse que “Muitas pessoas tem nome italiano, inglês, francês... mas nome africano só as especiais como você. Aposto que não há nenhum Iori na sua escola” (CAMPOS, 2010, p. 4). Ao mostrar o conflito que habita a subjetividade de Vitor Iori, a escritora está problematizando imaginários cristalizados numa sociedade que manteve a escravidão por vários séculos, o que constituiu o enraizamento de preconceitos diversos e desumanos, pois “[...] todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana [...]” (FANON, 2008, p. 34). O questionamento de Vitor Iori é

reflexo de um sentimento coletivo de inferioridade que foi imposto pelo colonizador ao omitir e subalternizar uma cultura em detrimento da outra.

Como disse a escritora Adichie (2019) ao relatar suas experiências de vida:

Depois que passei alguns anos nos Estados Unidos como africana, comecei a entender a reação da minha colega de quarto em relação a mim. Se eu não tivesse crescido na Nigéria e se tudo o que eu soubesse sobre a África viesse das imagens populares, também ia achar que se tratava de um lugar com paisagens maravilhosas, animais lindos e pessoas incompreensíveis travando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e de aids, incapazes de falar por si mesmas e esperando para serem salvas por um estrangeiro branco e bondoso. Veria os africanos da mesma maneira como eu via a família de Fide quando era criança. Acho que essa história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental. Aqui está uma citação de um mercador de Londres chamado John Lok, que velejou para a África ocidental em 1561 e fez um relato fascinante de sua viagem. Após se referir aos africanos negros como “animais que não têm casa”, ele escreveu: “Também é um povo sem cabeça, com a boca e os olhos no peito” (ADICHE, 2019, p. 9-10).

A obra literária de Carmem Lúcia Campos contribui para desconstruir esse imaginário que Adichie apresenta e questiona. Como se ela estivesse respondendo a esses discursos que por séculos construíram estereótipos e preconceitos disseminados de diversas formas e violências contra os povos africanos, afro-brasileiros. A história *Meu avô africano* desconstrói a imagem da África como um “país” que mistura belas paisagens, riqueza em fauna exótica à pobreza, guerras e doenças, povoada por seres descritos por muitos escritores da literatura ocidental como negros “bestas”, como evidenciou Adichie (2019). Essa história fala de uma África continente, num percurso de autoafirmação identitária, “[...] a partir da recuperação de resíduos memoriais que podem unir a comunidade negra em sua luta contra preconceitos e até discriminações remanescentes na sociedade brasileira hoje. [...]” (BERND, 2013, p. 62). Realiza, portanto, a integração multicultural e de autoafirmação identitária, transmitindo aos leitores nova perspectiva e formando novos imaginários.

O diálogo entre gerações apresentado pela obra concede um importante fala ao avô, pois ele transmite, com sua resposta, a autoafirmação identitária ao neto. Um discurso de importância que denota a valorização da ancestralidade do menino, a transmissão de saberes e valores entre gerações, a valorização das diferenças culturais.

Nota-se que não acontece imposição autoritária por parte do avô, ele também não desvaloriza a cultura italiana ou outras culturas, mas apenas propaga a valorização da africanidade e da negritude.

Campos (2010) demonstra, através da compreensão de mundo do personagem, que “[...] a colonialidade do ser envolve a introdução da lógica colonial nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 41). A princípio, Vitor Iori considera “mais legal” ter nome italiano e pertencer à cultura do colonizador, pois essa é a perspectiva apresentada a ele e seus colegas, uma vez que é evidenciada de forma positiva socialmente.

Na sequência, “*Histórias sem fim*”, segundo capítulo, Campos (2010) apresenta ao leitor uma lenda africana que aborda características naturais e culturais do continente africano, a lenda é a do baobá, que é uma árvore nativa do continente africano. Vitor Iori demonstra interesse e curiosidade sobre a cultura africana:

Adorei quando ela contou a lenda do baobá, que vivia reclamando de seus galhos e das suas folhas. Isso acabou irritando o criador, que virou a árvore de cabeça para baixo. Aí ela ficou como é hoje: seus galhos parecem raízes e suas flores nasceram em direção ao chão. (CAMPOS, 2010, p. 13)

Desse modo, Campos (2010) também ressalta a importância dessa árvore, afirmando sua relevância no continente africano, uma vez que é sagrada em muitos países. Além disso, Vitor Iori exclama “adorei” ao relatar que a tia contou sobre baobá. Essa demonstração sugere uma aproximação da criança às suas raízes culturais, uma aproximação que não é apenas histórica, mas sim identitária. A narrativa apresenta aos leitores, ao mesmo tempo, dados culturais – lendas e religiosidades – e aspectos relacionados à flora daquele continente, indicando a magnitude dessa árvore que chega a ter a altura de trinta metros e vive por cerca de mil anos.

Após conhecer a lenda sobre baobá, Vitor Iori demonstra não ter muito conhecimento sobre o continente africano, questionando: “Será que tem muitos países na África?” (CAMPOS, 2010, p. 14). Mais uma vez, como no primeiro capítulo, o pensamento do colonizador prevalece sobre o colonizado, demonstrado pela autora pelas indagações de Vitor Iori.

Essa curiosidade que o personagem demonstra, pode atuar também nos leitores, pois a literatura contribui significativamente no processo formador e amplia a

cosmovisão dos mesmos. Sendo assim, ressaltamos que Campos (2010) possibilita ao leitor, sobretudo para o negro, a representação por meio dos personagens, acesso à ancestralidade familiar e o desvelamento da origem africana e daquele continente. Além de apresentar um universo multicultural riquíssimo, do qual ele compartilha, mesmo que normalmente não tenha consciência disso, devido às inúmeras contribuições que a cultura africana e afro-brasileira teve e tem na formação cultural do país.

A representatividade negra, em personagens e famílias, seus modos de vida e culturas em uma narrativa literária atua de modo significativo para a formação crítica, reflexiva e humanizada dos leitores. Sua importância foi discutida por Adichie (2019) ao analisar seu percurso de leitora e escritora:

Meus personagens também bebiam muita cerveja de gengibre, porque os personagens dos livros britânicos que eu lia bebiam cerveja de gengibre. Não importava que eu não fizesse ideia do que fosse cerveja de gengibre. Durante muitos anos, tive um desejo imenso de provar cerveja de gengibre. Mas essa é outra história. (ADICHE, 2019, p. 6-7)

Meu avô africano, portanto, traz aos leitores aquilo que faltou para Adichie na tenra infância. Referências outras, para além das que a literatura eurocêntrica e canônica normalmente apresenta. Mas, sobretudo, traz um narrador negro como sujeito da enunciação, sua família, seus usos e costumes, sua ancestralidade e fala da África continental e sua multiculturalidade. Também valoriza as contribuições que essa cultura trouxe para os países como o Brasil. A representatividade africana e afro-brasileira poderá impactar positivamente leitores negros, brancos, indígenas, dentre outras representações étnicas e grupos invisibilizados, pois a poética de Carmem Lúcia Campos é integradora e humanizadora.

Nessa perspectiva, ressaltamos que a narrativa protagoniza a ampliação cultural que humaniza a partir da literatura, na perspectiva de Antonio Candido (1972):

As criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo sub-consciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos. As camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar. Talvez atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente (CANDIDO, 1972, p. 805).

Essa atuação consciente e inconsciente da obra literária no leitor pode ser percebida no personagem, pois o leitor é direcionado a uma crescente narrativa de valorização da ancestralidade e da identidade africana e afro-brasileira por parte do Vitor Iori.

Em “*Mais velho do que meu avô*”, terceiro capítulo, Vitor Iori, participa de uma festa com seus familiares e durante o evento descobre o lugar de onde seus antepassados vieram. Também ganha da tia um mapa do continente africano que mostra os países que o compõem. Ela também atua nesse processo de descolonização que Vitor Iori está passando e contribui para que ele se muna de informações, compreensões que permitem a reconstrução de memórias, histórias e percepções de mundo para instaurar o novo, uma nova consciência sobre fatos e identidades.

Retornando da festa, Vitor Iori conta aos familiares que precisa escolher um país para apresentar na “Festa das nações” de sua escola e que queria fazer sobre a Itália, por conta da Ferrari, ou Espanha por conta do time de futebol, pensou até na Inglaterra. Por meio de Vitor Iori a autora, outra vez, apresenta a forte marca do colonialismo no tempo e espaço em que o personagem está inserido, já que suas referências são europeias, o que nos faz pensar sobre “[...] quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância” (ADICHIE, 2019, p. 7). Notamos que Vitor Iori estava impressionado com culturas europeias, socialmente e economicamente valorizadas, historicamente respeitadas. Alude, portanto, ao que a escritora nigeriana declarou sobre suas referências de mundo em leituras na infância.

Na obra, uma colega da escola sugeriu que o personagem fizesse a pesquisa escolar sobre a África, por conta da sua cor. A colega de Vitor Iori demonstrou não ter conhecimento sobre o continente africano, uma vez que ele é composto por diversos países e não um só e também tornou seu preconceito uma prática discriminatória, uma vez que usou o discurso para associar a cor de Vitor Iori à África, o que evidencia o preconceito comum no ocidente, pois, “[...] é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado” (ALMEIDA, 2019, p. 22).

A experiência relatada por Vitor Iori sobre a sua escolha do país e a incompreensão da colega acerca do continente Africano revela preconceitos do cotidiano, o racismo estrutural enraizado em nossa sociedade. O menino sentiu-se envolvido nessa

trama histórico-social, demonstrou incertezas e angústias acerca das escolhas que faria. Seu corpo, seus sentimentos, sua identidade, consciência e inconsciência, como observou Almeida (2019), estiveram envolvidos nesse trauma histórico.

No quarto capítulo, “*Eu também sou africano*”, Vitor Iori apresenta sua investigação na escola, sobre a Nigéria, e percebe que “[...] a África era mais do que a terra dos nossos antepassados, coisa antiga. Ela fazia parte da nossa vida de hoje e um monte de costumes, comidas, palavras tinham vindo de lá” (CAMPOS, 2010, p. 27) e o avô complementa “A gente come feijoada, moqueca e bobó, dança samba, faz batucada joga capoeira e nem lembra que tudo isso tem a ver com os escravos africanos” (CAMPOS, 2010, p. 27). Dessa forma, o leitor é levado a refletir sobre a influência da cultura africana no Brasil, que foi transmitida pelos escravizados e que está presente no cotidiano, no entanto, por conta do colonialismo sua origem foi omitida, subalternizada.

No decorrer da obra são mencionadas várias manifestações artísticas e culturais como a dança, a música, os costumes e palavras de origem afro-brasileira como a moqueca, o quindim, que para além da culinária tem um significado, pois é uma “palavra de origem africana que quer dizer “dengo... encanto”?” (CAMPOS, 2010, p. 18). O emprego de palavras oriundas da cultura africana e afro-brasileira, a representação de um modo de vida, a remissão ao baobá, aos pratos da culinária como moqueca, quindim, o canto de parabéns com dizeres daquela cultura aludem ao que analisa Bernd “[...] um modo de ver e sentir o mundo, transmitido por um discurso caracterizado, seja no nível da escolha lexical, seja no nível dos símbolos utilizados ou da construção do imaginário, pelo desejo de resgatar uma memória negra esquecida. [...]” (BERND, 2013, p. 62). Entendemos que Carmem Lúcia Campos atua nessa perspectiva em *Meu avô africano*.

Essa obra permite pensar no processo decolonial, na descolonização do pensamento, num primeiro plano um percurso realizado pelo personagem Vitor Iori e colegas de escola, mas em outros planos na descolonização do conhecimento, da história, da escola, da literatura e dos leitores em potencial. Um percurso engendrado pela obra e resultante de lutas sociais de minorias étnicas, grupos afrodescentes, sociedade engajada e antirracista que luta contra o preconceito racial e contra toda forma de exclusão e injustiça social. As Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 contribuem significativamente para isso, o surgimento de escritores e escritoras negras também.

Considerações finais

A literatura infantojuvenil brasileira vem passando por diversas mudanças e sendo influenciada pelas mudanças sociais. Assim que a Lei 10.639/2003 foi implantada, suspeitava-se que era mais uma ocasião para o grupo dominante manipular a questão étnico-racial, no entanto, em conjunto com a luta do movimento negro, essa obrigatoriedade tem se mostrado positiva, uma vez que, na literatura, por exemplo, têm surgido novas representatividades, conforme Debus (2018). No âmbito da literatura infantojuvenil, nem todas as temáticas abordam o tema com uma postura decolonial e a fim de promover e enaltecer a cultura afro-brasileira e africana. Ainda existem publicações que reproduzem o que vem sendo feito há décadas no Brasil: o apagamento da cultura africana e afro-brasileira e apresentando o negro como personagem subalterno. O livro *Meu avô africano* muda essa perspectiva.

A presença da literatura que trata de tais temáticas na escola, com representações de minorias que foram subalternizadas por séculos, e conta a história a partir de novas perspectivas não é destinada apenas aos negros, mas a todos os leitores e ela contribui no combate ao preconceito racial. Desse modo acontecem as políticas que são consideradas de reparação, pois “[...] ações afirmativas são necessárias em nossa sociedade, porém a inclusão da temática africana e afro-brasileira no currículo escolar não visa contemplar somente a população negra; como focalizam as Diretrizes” (DEBUS, 2018, p. 42-43).

Meu avô africano é uma obra que demonstra a luta no combate ao preconceito, trazendo a temática da cultura africana e afro-brasileira. Maldonado-Torres (2020) ressalta a emergência de se pensar a luta pela decolonização, por meio de comunidades que se juntem e compreendam o processo como inacabado. Nesse sentido, as ações afirmativas são necessárias para todos os grupos sociais, uma vez que o pensamento colonial paira sobre a estrutura social e todos os indivíduos.

Considerou-se que a obra *Meu avô africano* de Carmem Lucia Campos, distribuída nas escolas brasileiras por meio do PNDL-literário de 2018, pode contribuir no combate ao preconceito racial, tendo em vista a perspectiva decolonial de sua narrativa, o desenvolvimento das novas compreensões apresentadas ao leitor sobre a cultura africana, afro-brasileira, por trazer o personagem negro como narrador e

protagonista da história. Nesse sentido, através do que foi analisado, pode-se considerar que a obra pode desempenhar papel fundamental na formação do leitor, enquanto representatividade e combate ao preconceito.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BERND, Zilá. *Por uma estética dos vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

BRASIL, *LEI nº. 10.639*, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 28 de jan. de 2022.

BRASIL, *LEI nº. 11.645*, de 10 de março de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 28 de jan. de 2022.

CAMPOS, Carmem Lúcia. *Meu avô africano*. São Paulo: Guia dos Curiosos Comunicações, 2010.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. In: *Ciência e Cultura*. Conferência pronunciada na XXIV Reunião Anual da SBPC. São Paulo, n. 9, vol. 24, 1972, p. 803-809.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FORTES, Rita Felix. *Tradição, estética e palavra na literatura infanto-juvenil*. Cascavel: Gráfica da Unioeste, 1996.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil Brasileira: História e histórias*. São Paulo: Ática, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINHO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo

Horizonte: Autentica, 2020, p.27-53.

RIBEIRO, Djamila. *Cartas para minha avó*. São Paulo: Companhia das Letras, 202

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Víviam Stefanne Soares. O protagonismo de líderes negros nos livros infantis após a promulgação da Lei 10.639/03: Resignificando visões simplistas? *Rev. FAEEBA -Ed. e Contemp.*, Salvador, v.30, n.62, p.30-45, abr./jun.2021. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/11081>> Acesso em: 16 de ago. de 2021.

MEU AVÔ AFRICANO: THE AFRO-BRAZILIAN CHILD'S TALE, THE DECOLONIAL AND ANTI-RACIST PERSPECTIVE

ABSTRACT

In the article we analyze the children's tale *Meu avô Africano* (2010), by the writer Carmem Lucia Campos, which is part of the PNLD Literário 2018, a collection that distributes literature to schools. The analyzed aspects are related to african and afro-brazilian culture in order to observe whether literature can contribute to the fight against racial prejudice through the decolonial perspective. It was considered, after a bibliographic analysis of Adiche (2019), Almeida (2019), Debus (2018), Fanon (2008), Maldonado-Torres (2020), Ribeiro (2019) that *Meu avô Africano* has the potential of deconstructing colonial thought, acting against racial prejudice.

Keywords: children literature; decolonization; literature at school.

Recebido em: 10/07/2022

Aprovado em: 05/11/2022